

GT 7 – Mercados agroalimentares e reconfigurações socioeconômicas nos territórios rurais

Os Efeitos do PAA sobre a Agricultura Familiar de Itaqui/RS.

Jéssica Fernanda Ogassawara¹

Paulo Roberto Cardoso da Silveira²

Jonas Anderson Simões das Neves³

Resumo

O objetivo do artigo foi analisar os efeitos do PAA sobre o desenvolvimento da agricultura familiar de Itaqui. Para isso realizaram-se observações de campo, análise de documentos, entrevistas com informantes-chave e aplicação de questionários. Como resultado, destaca-se um efeito positivo dado pela viabilização de investimentos na ampliação dos sistemas produtivos, pela dinamização dos circuitos curtos de comercialização e pela salvaguarda do patrimônio alimentar da região. A título de conclusão, destaca-se preocupação face à extinção do MDA, co-responsável pela operação dessa política pública.

Palavras-Chave: PAA; Agricultura Familiar; Itaqui.

Introdução

Este artigo analisa a re-configuração nos sistemas produtivos da agricultura familiar do município de Itaqui-RS provocada pelo acesso das famílias ao Programa de Aquisição de Alimentos –PAA⁴, a partir de 2014. Historicamente, esta agricultura familiar permaneceu marginalizada diante das políticas públicas, oculta à sombra da produção orizícola e da pecuária de corte, predominantes.

¹Graduada pelo Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia na UNIPAMPA – Campus de Itaqui; Acadêmica do Curso de Engenharia de Agrimensura; Bolsista de Iniciação Científica;ogassawarajessica@gmail.com

²Professor Adjunto da Unipampa - Campus Itaqui; Dr. pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC; prcs1064@yahoo.com.br

³ Professor Adjunto da Unipampa – Campus Itaqui; Dr. em Sociologia pela UFRGS; jonasanderson@ig.com.br

⁴ Itaqui foi o primeiro município da região da Fronteira-Oeste do RS a operar o PAA; quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE, este enfrentou dificuldades de operacionalização devido as exigências organizativas (a necessidade de existência de grupos formais, associações ou cooperativas), sanitárias (inexistência de unidades de processamento de alimentos que atendesse as determinações legais) e de logística (capacidade de atender as exigências de frequência de entrega).

Para compreender esse processo de marginalização da agricultura familiar no arcabouço dos sistemas produtivos presentes em Itaqui, também é importante considerar a localização do município, distante aproximadamente 680 km da capital do Estado, Porto Alegre, na região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, caracterizada pelas grandes propriedades. Desta forma, e considerando a localização geográfica de boa parte desta agricultura familiar no município (figura 1), distante da área urbana e contando com vias de acesso que dificultam a comercialização de sua produção⁵, identifica-se neste segmento um duplo processo de marginalização, dado que não consegue se inserir nem nos mercados estaduais e, tampouco, nos mercados locais, através dos circuitos curtos de comercialização⁶, algo que só foi viabilizado através do PAA.

No entanto, quando se verifica a estrutura fundiária do município, percebe-se que em 2011 existiam 2.368 produtores (69,26%) com menos de 80 ha (FLORIANO JR, 2011) e se adicionarmos aqueles que possuem entre 80 e 200 ha, teremos um universo de mais de 80 % dos produtores, os quais em sua maioria não se dedicam a produção de arroz⁷. Se considerarmos a diversidade de produtos agrícolas verificadas no Censo Agropecuário e constatado por Paula (2013) e Fuchs et al (2015), pode-se inferir-se que existe uma agricultura de base familiar que não se reproduz com base na Orizicultura.

Estes agricultores familiares se caracterizam por uma produção altamente diversificada e em pequena escala, a qual sempre foi comercializada, predominantemente, de maneira informal em mercados locais, bem como utilizada para o autoconsumo. Ao identificar mais precisamente os sistemas produtivos, observam-se três diferentes estilos de agricultura familiar no município de Itaqui: uma realizada numa região de relevo mais acidentado, a mais de 100 quilômetros da sede do

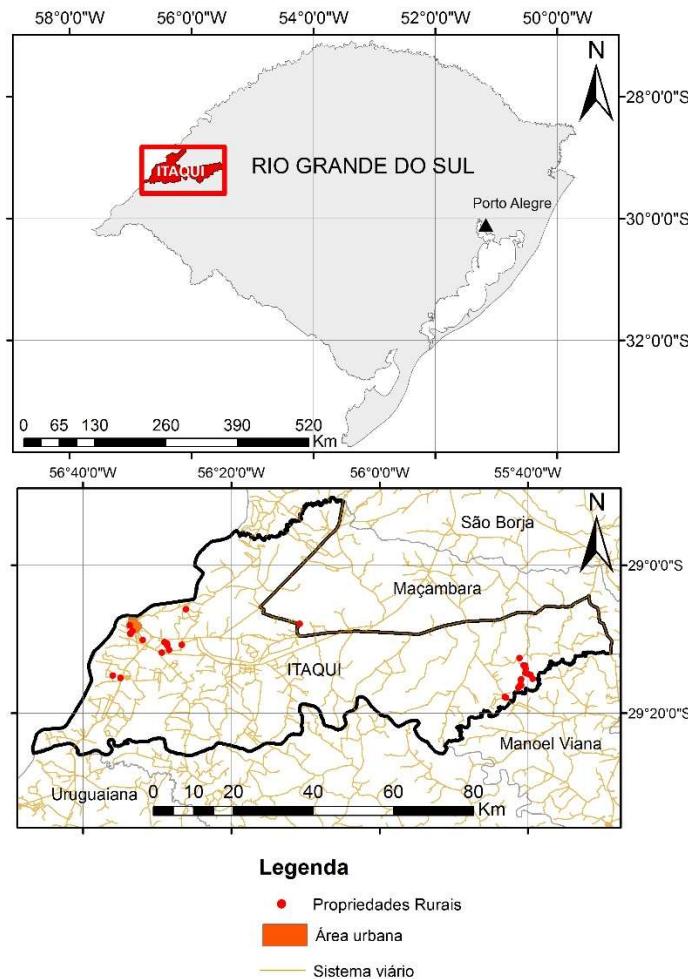
⁵Existe um núcleo de agricultores familiares, significando número expressivo diante do total do segmento, que estão localizados a mais de 100 km do centro urbano de Itaqui e para viabilizar seu acesso precisam enfrentar em torno de 50 km de estradas sem pavimentação (estradas de chão), as quais apresentam estado precário de trafegabilidade.

⁶Os circuitos “curtos” de comercialização são aqueles em que permitem diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor. O circuito mais curto é aquele em que o produtor entrega diretamente o seu produto ao consumidor (venda direta). Estes circuitos constituem oportunidades para criar valor acrescentado no território e reforçar a especificidade dos produtos. Estas formas de venda, através da ligação estreita que estabelecem entre o território, o cliente e o produto, reforçam o caráter não dês-localizável da produção local (LEADER/FAO, 2000).

⁷A produção de arroz ocorre apenas nas áreas de várzea, as quais ocupam apenas uma porção do território em proximidade aos rios Uruguai e Ibicuí, incluindo alguns afluentes menores. Grande porção do território é ocupada pelas chamadas “terras altas”, onde a cultura de arroz irrigado não é viável.

município; uma segunda que se localiza em terrenos planos, ainda na parte rural do município, mas mais próxima de sua sede urbana; e uma terceira, desenvolvida nos territórios urbano e periurbano de Itaqui.

Figura 1: Mapa de localização do município de Itaqui-RS e das propriedades rurais.



Fonte: Elaborado por Jéssica Fernanda Ogassawara

Para efeito deste trabalho, focaremos nossa análise da agricultura familiar desenvolvida na região geograficamente mais distante, considerando-se que neste contexto a localização espacial sempre foi um entrave para a comercialização dos produtos agrícolas, sendo aqui ainda maior a importância do mercado institucional. Pretende-se demonstrar que a oportunidade de venda pelo PAA estimulou a produção e novas possibilidades de comercialização surgiram, fazendo daqueles produtos antes destinados ao autoconsumo e vendas esporádicas, agora potenciais geradores de renda, pela ativação dos circuitos curtos⁶ de produção no município.

Inicialmente, buscamos caracterizar o segmento de agricultores familiares, objeto desta reflexão, salientando-se as dimensões espaciais como definidoras das possibilidades de inserção no mercado e as dimensões sócio-econômicas e organizativas como fundamentais para compreender os desafios do acesso ao PAA. Em um segundo momento, detalharemos a metodologia utilizada, pari passu a identificação dos agentes envolvidos na operacionalização das políticas públicas no município. Em um terceiro momento, buscar-se-á analisar as re-configurações observadas na dinâmica sócio-produtiva das famílias agricultoras e seus efeitos na consolidação de circuitos curtos de comercialização no município. Encerra-se com uma reflexão sobre o papel indutor do PAA no fortalecimento da agricultura familiar, mesmo em condições adversas, seja na distância do mercado consumidor, seja na carência de mão-de-obra representada pela ausência de jovens nos estabelecimentos rurais em foco. Busca-se salientar a dinâmica que vem se desenvolvendo na agricultura familiar de Itaqui, favorecendo a segurança alimentar e proporcionando a sua visibilidade social e institucional.

2. Metodologia

Para a realização desta pesquisa utilizaram-se tanto dados secundárias, quanto observações de campo, aplicação de questionários e entrevistas com atores chaves. No que tange a documentação utilizada, consultaram-se documentos referentes à operacionalização do PAA disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura, operadora do programa no município; e da Emater, agência pública de extensão rural que presta assistência técnica aos agricultores familiares cadastrados no programa. Da mesma forma, o técnico agrícola da prefeitura municipal e os extensionistas da ATER foram entrevistados a fim de que se obtivessem informações mais detalhadas acerca dos sistemas produtivos do município e da operacionalização do programa.

As observações foram realizadas em diferentes etapas, pois ao mesmo tempo em que foram realizadas visitas a propriedades rurais durante o período de execução do PAA no município, também foram visitados pontos de comercialização dos produtos da agricultura familiar na área urbana, de forma que se pudesse acompanhar possíveis alterações na oferta dos mesmos diretamente dos produtores. Este acompanhamento teve como objetivo verificar se a adesão ao PAA poderia ter algum impacto negativo sobre a oferta de produtos diretamente ao consumidor, dada a hipótese de que, a partir daquele mercado garantido, os produtores deixariam de se preocupar em manter outras

formas de comércio. No entanto, como será explorado adiante, a adesão ao programa teve um impacto no sentido de ampliar a capacidade e a diversidade produtiva dos agricultores, dinâmica que foi visível nas feiras locais.

Da mesma forma, também houve a aplicação de questionários junto a oito produtores familiares cadastrados no programa, incluindo-se no mesmo, tanto questões referentes aos sistemas produtivos e a reprodução dos meios de vida, quanto questões atinentes a inserção em políticas públicas, tais como o PAA.

3. A Agricultura Familiar Tradicional e sua Dinâmica Sócio-produtiva em Itaqui-RS

Considera-se aqui como agricultura tradicional aquela que se inseriu de forma parcial no processo de modernização da agricultura, mantendo um sistema de produção com baixa presença da mecanização, baixa utilização de fertilizantes e agroquímicos, voltado para produção de autoconsumo e venda esporádica de excedentes. No caso aqui em análise, percebe-se a presença da pecuária familiar como atividade extensiva, a qual dialoga com a baixa disponibilidade de mão-de-obra, causada pelo êxodo dos jovens e o envelhecimento dos agricultores⁸.

Como dinâmica sócio-produtiva entende-se o conjunto de elementos condicionantes que possibilitam a reprodução social das famílias, envolvendo uma teia de relações com outros atores econômicos, instituições políticas e sociais, representações do Estado e comunidade local rural e urbana. A reprodução social na agricultura familiar tem sido historicamente analisada com base na inserção nas cadeias produtivas e na adoção de estratégias complementares às atividades agrícolas, seja a pluriatividade (SCHNEIDER, 2005), sejam atividades não-agrícolas por parte dos membros da família (prestação de serviços ou a conhecida agricultura de tempo parcial) ou até a chamada multidimensionalidade (a utilização do espaço rural como espaço de moradia, bem-estar ou preservação ambiental) (CARNEIRO, MALUF, 2005).

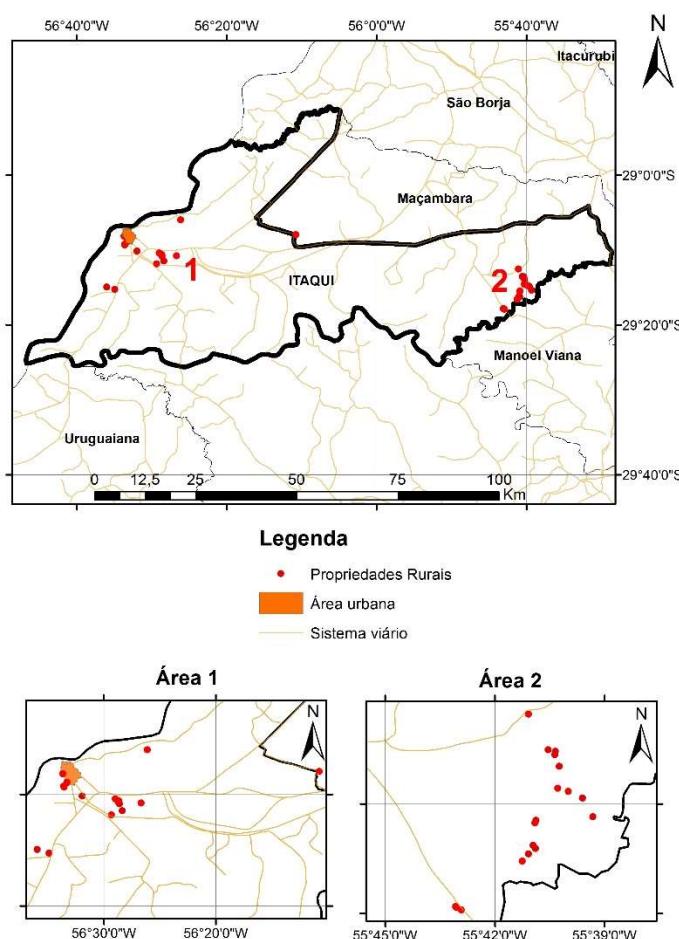
No entanto, muitos extratos de agricultores familiares, normalmente situados em regiões marginais (onde o processo de integração econômica com a economia nacional ou global é precária), permanecem no rural e realizando atividades agrícolas como

⁸Tal avaliação da disponibilidade de mão de obra deve considerar a baixa produtividade do trabalho pela baixa estrutura de máquinas e equipamentos presentes. Em estudo realizado junto aos beneficiários do PAA em Itaqui, Fuchs et al (2015) verificam que não existem jovens com idade entre 17 e 24 anos nas famílias visitadas, o que coaduna com informações dos extensionistas rurais que atuam junto ao programa.

principal fonte de renda, adotando estratégias ainda pouco conhecidas, pois pouco estudadas. Nestes casos, é comum que a reprodução social do núcleo familiar se dê via uma diversificação de atividades, todas com baixa escala de produção e vinculadas a mercados informais e, nos últimos tempos, aos mercados institucionais⁹.

No caso aqui analisado, verifica-se que a própria diversificação da produção constitui uma estratégia de sobrevivência dos agricultores que, distantes dos mercados, tanto para vender quanto para comprar (Figura 2), optam por produzir a maior parte do que precisam para se manter, recorrendo a redes de reciprocidade e, quando possível, inserindo-se no sistema de mercado. Tal mecanismo é característico de sistemas produtivos marginalizados, dando aos agricultores alguma margem de manobra para reproduzirem-se sem o comprometimento de seus meios de vida (PLOEG, 2008).

Figura 2: Mapa de localização dos agricultores cadastrados no PAA em Itaqui



Fonte: Elaborado por Jéssica Fernanda Ogassawara

⁹ Vários estudos demonstram estas dinâmicas de reprodução social da agricultura familiar (GUIMARÃES et al, 2015).

Em estudo realizado pelo grupo de pesquisa de que fazem parte os autores, publicado por Fuchs et al (2015), buscou-se caracterizar a agricultura familiar deste espaço geográfico em foco. Percebe-se a predominância de áreas reduzidas (é frequente a presença de áreas inferiores a 20 ha), a mão de obra é totalmente aplicada nas atividades agrícolas e a renda familiar fica entre 1 a 4 salários mínimos.

A produção apresenta grande diversificação, sendo que os mesmos produtos destinados ao consumo também são comercializados em pequena escala, seja diretamente aos consumidores, em feiras ou até em supermercados. Dentre os produtos ofertados, incluem-se hortigranjeiros, produtos de origem animal e processados (os conhecidos produtos da chamada agroindústria familiar)¹⁰. Observou-se ainda que os produtos de origem animal¹¹ e frutas como pêssego são pouco comercializados.

O isolamento destas comunidades em relação aos equipamentos urbanos, ao poder público e mesmo aos mercados é tamanho que nenhum dos órgãos municipais que atendem os agricultores familiares sabem precisar quantas famílias existem na região e, tampouco, detalhadamente apresentar dados sobre suas atividades.

Pode-se levantar a hipótese que a comercialização tenha sido estimulada com a possibilidade de venda para o PAA, pois isto aproximou as famílias do espaço urbano, propiciou aumentar a escala, viabilizando a comercialização em outros canais e alterando a dinâmica sócio-produtiva das unidades de produção familiares.

3. O PAA como Política Pública: da segurança alimentar ao Fortalecimento da Agricultura Familiar

O PAA foi criado no Brasil em 2003, enquanto um dos programas estruturantes do Programa Fome Zero, preocupado, inicialmente, em aportar mecanismos capazes de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de dois grupos populacionais distintos, mas que possuíam em comum uma situação de vulnerabilidade social, quais sejam, os pequenos agricultores familiares, que concentram parcela significativa da população pobre do Brasil; e a população urbana atendida pelo sistema público de

¹⁰Fuchs et al (2015) ressaltam que nos produtos destinados prioritariamente para comercialização, destacam-se a laranja de umbigo e comum (para sucos), além dos processados.

¹¹ Neste caso, a dificuldade de legalizar o processamento de produtos de origem animal faz com que sua produção seja dedicada hegemonicamente para consumo.

assistência social. Desta forma, o PAA, que é operado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), busca garantir, de um lado, que os agricultores familiares mais pobres, tenham um mercado garantido para seus produtos – inclusive aqueles que tradicionalmente não eram destinados aos mercados – e, portanto, uma renda advinda da comercialização de sua produção; de outro lado, que a população urbana em situação de vulnerabilidade social tenha acesso a alimentos convergentes com a cultura local e de qualidade mais elevada.

A principal inovação trazida pelo PAA no trato da esfera pública com os agricultores familiares foi a promoção de uma política pública que contempla a transversalidade entre as dimensões do desenvolvimento regional, da assistência social e da SAN. Nestes termos, o PAA foi o primeiro programa de compras públicas direcionado exclusivamente para a agricultura familiar, construído para a obtenção de produtos agropecuários produzidos por agricultores inseridos no Programa Nacional e Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (GRISA, PORTO, 2015)

Conforme Siliprandi e Cintrão (2014), o PAA revitaliza diversas formas de comercialização para produtos que estavam deixando de ser produzidos e esquecidos pela população regional, estimulando que retornem a fazer parte da prática alimentar cotidiana (MIELITZ, 2014), acarretando a recuperação de produtos, modos de fazer, receitas e de histórias de pessoas, comunidades e lugares (GRISA, PORTO, 2015).

Neste sentido, Grisa e Porto (2015: p. 172-175) elencam sete dimensões fomentadas a partir do PAA. Primeiramente, os autores destacam um maior diálogo com a diversidade social e econômica da agricultura familiar; a criação de mercados para produtos excedentes ao consumo familiar; o fortalecimento das estratégias de reprodução social das famílias; a maior visibilidade e valorização do modo de vida de agrupamentos tradicionais e/ou marginalizados, com implicações positivas sobre sua identidade; uma significativa ampliação da participação das mulheres neste circuito mercantil, quando comparado aos tradicionais; o fortalecimento das organizações sociais dos agricultores e, finalmente; a valorização de produtos da sociobiodiversidade. Todas as dimensões podem ser observadas em Itaqui em níveis variáveis.

Desta forma, com o surgimento do PAA, a produção de alimentos da agricultura familiar, especialmente daqueles agricultores menos capitalizados, antes destinada prioritariamente ao autoconsumo, passa a voltar-se também ao atendimento das

demandas dos mercados institucionais. Deste modo, os agricultores sentem a necessidade de investir no aprimoramento de seus sistemas produtivos, aumentando assim sua produção e renda, com a conseqüente melhoria de seus meios de vida. Por outro lado, ao privilegiar a diversidade em suas compras, o PAA também acaba contribuindo com o próprio resgate e consolidação de práticas alimentares tradicionais.

Conforme Belik e Domene (2012), os agricultores que participam do programa estão mais preocupados com a qualidade e a segurança sanitária de seus produtos devido a proximidade da relação dos mesmos com os consumidores. Desta forma, favorece-se a criação e fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, assegurando o resgate da identidade, ou seja, a cultura local, onde o alimento e o produtor passam a ser mais valorizados. Como abordaremos adiante, o crescimento do número e o volume de vendas nas feiras de produtores e a venda para o pequeno varejo são demonstrações neste sentido.

A implantação do PAA ao longo do tempo tem demonstrado que a ação dos mediadores sociais tem sido fundamental em sua operacionalização¹², o que também se percebe em Itaqui. A ação do poder público municipal ao viabilizar o transporte dos produtos até as instituições receptoras tem significado a superação de uma deficiência logística que sempre prejudicou o acesso ao mercado, considerando a distância do meio urbano e a precariedade das vias de acesso. Também deve ser ressaltado que antes do PAA, a ausência de organização que viabilizasse a comercialização coletiva, acabava por impor a necessidade de iniciativas individuais de comercialização, o que dificultava ainda mais os agricultores a chegar aos consumidores.

Destaca-se que a modalidade por ora analisada é a de compra com doação simultânea, atualmente operada no município. No entanto, neste momento, Junho de 2016, está se formalizando a operação do PAA na modalidade de compras institucionais no município, num processo em que o regimento do Exército localizado em Itaqui passará a adquirir parte de seus suprimentos através do programa. Tal contexto somado ao fato de que o PAA deva atingir a meta antes do prazo estabelecido, agosto de 2016, com possibilidade de renovação, indica que há uma perspectiva de aumento

¹²Tal limitação sobre a operacionalização das políticas públicas é largamente referenciada pela literatura. (GRISA,PORTO, 2015; SCHNEIDER et al, 2015)

significativo dos volumes comercializados,¹³ tendo como consequência, a inclusão de mais famílias e acréscimo de renda para os atuais participantes. Assim, a expectativa é que os impactos do PAA na agricultura familiar de Itaqui sejam ainda maiores, caso o programa não seja afetado pelas mudanças governamentais em curso.

4. Impactos do PAA na Reconfiguração da Dinâmica Sócio-produtiva da Agricultura Familiar de Itaqui

O PAA é operado em Itaqui pela Secretaria Municipal de Agricultura, através de um de seus técnicos, que centraliza as atividades inerentes ao programa, desde a relação com os produtores até a distribuição dos alimentos. Neste caso, se vê na forma que o programa é operado no município uma limitação já apontada em outros cenários, a centralização das atividades na figura de um único operador, pois ao mesmo tempo em que o funcionamento do PAA fica dependente desta pessoa, corre-se inclusive o risco de deixar de ser operado caso ela se afaste da posição que ocupa; também fica a operacionalização limitada pela própria capacidade de seu operador em ampliar algumas ações. Por outro lado, é a relação de confiança com o operador que dá suporte aos agricultores, tradicionalmente arredios em se tratando de contratos e compromissos com o poder público, para aderirem ao programa.

O Programa contou, em seu primeiro ano de operacionalização (2014), com recursos da ordem de R\$ 245.209,73, dos quais foram utilizados 29,3%, ou seja, R\$ 71.849,22, com um valor limite de R\$ 6.500,00 por DAP (Declaração de Aptidão ao Crédito). Credita-se o baixo valor utilizado neste primeiro ano às dificuldades de organização inicial do programa, tanto no que tange aos agricultores e a organização de seus sistemas produtivos, que muitas vezes deixaram de comercializar alguns produtos por não perceberem que enquadram-se nas operações do PAA, quanto por parte de seus operadores e sua adaptação para atuarem na efetivação desta política pública. Neste momento inicial, 43 produtores vincularam-se ao programa, 23 homens e 20 mulheres, sendo atendidas 10 entidades assistenciais do município.

Atualmente, o programa está em seu segundo ano de operação no município, tendo utilizado até o dia 16 de maio de 2016, 76% do valor total da proposta, o que

¹³ Relativas ao processo de Impeachment da presidente Dilma Rousef em análise no Senado Federal e a instalação de um governo provisório, o qual sinaliza em mudanças nas políticas públicas voltadas a agricultura familiar.

corresponde a R\$ 188.423,68 de um total previsto de R\$ 245.209,73 para ser gasto com a aquisição de produtos até agosto de 2016. Verificou-se ainda a permanência dos 43 produtores vinculados ao programa, mas com a inclusão de uma nova entidade assistencial para a recepção das doações. Destes dados, é possível depreender um significativo amadurecimento na operacionalização do programa no município, seja pelo aumento do valor utilizado, com expectativas de se chegar a 100% da proposta em seu prazo final de execução, bem como pela própria reorganização dos sistemas produtivos de alguns produtores em função da adesão ao programa.

Uma primeira implicação do programa a se destacar está em seu impacto na economia do município, dado que injetou no comércio local mais de 260 mil reais, recurso que certamente qualificou os meios de vida destes produtores. Outrossim, tais recursos dinamizam a economia local como um todo, ainda mais se considerarmos o contexto de um município deprimido economicamente, como Itaqui, em que a renda é altamente concentrada e observa-se um espaço com grande incidência de pobreza. Destaca-se ainda que, através do programa, alimentos de qualidade, produzidos no município e, consequentemente, consonantes com a cultura alimentar local, chegaram ao prato das pessoas atendidas pelas instituições cadastradas.

Outro elemento importante a ser considerado diz respeito a participação das mulheres no programa, fenômeno que é característico do próprio modelo operacional proposto, o qual cria mercados para produtos tradicionalmente produzidos por elas, tais como aqueles cultivados em hortas ou que passam por algum tipo de processamento caseiro. No entanto, observa-se em Itaqui que a participação das mulheres é ainda mais relevante, pois, em média, quando considerado o modelo de operacionalização por municípios, a participação das mulheres é de 27% (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011, p. 162), percentual que está bem abaixo do encontrado neste município, de 46,5%.

Acredita-se que esta maior participação feminina no PAA verificada em Itaqui se explique pelo próprio espaço de marginalidade que a atividade agrícola familiar possui no universo simbólico do município. Tradicionalmente, coube aos homens aquelas atividades simbolicamente mais valorizadas, atuando como trabalhadores sazonais/diaristas/assalariados na produção da “riqueza municipal”, o arroz, ou ainda, atuando nas atividades de pecuária familiar desenvolvidas em suas propriedades.

Na divisão do trabalho no interior da unidade produtiva, observa-se que cabem aos homens, além da pecuária de corte, atividades de manutenção de equipamentos produtivos existentes nas propriedades (cercas, galpões, mangueiras, implementos agrícolas, retirada de lenha, etc...), enquanto para as mulheres tem sido reservadas as atividades de cuidar das hortas, cultivos para alimentação da família (mandioca, abóboras, pomares) e do processamento caseiro de alimentos, seja na produção de panificados, lácteos ou doces e geléias. Foram justamente estas atividades que foram potencializadas pelo PAA, adquirindo valor de troca e gerando renda para as famílias.

Esta participação da mulher na renda da família tem ensejado um aumento da auto-estima e do protagonismo das mulheres, sendo observados casos em que o projeto de ampliação da escala e a legalização dos produtos ofertados, levou a decisão de implantação de uma agroindústria familiar formalizada¹⁴, objetivando melhor acesso aos mercados e a manutenção da família no rural, estimulando a sucessão familiar.

Como resultado do estímulo dos extensionistas da EMATER e da secretaria municipal de agricultura, além da motivação de vender ao PAA e PNAE¹⁵, outras duas agroindústrias formalizadas, uma de panificados e outra de suco de laranja estão em processo de finalização, devendo ser inauguradas ainda em 2016. Os programas trazem mais estímulo às famílias agricultoras em aumentar a escala de produção e viabilizar o atendimento às exigências legais. Encontra-se em projeto uma agroindústria para ofertar produtos minimamente processados, facilitando às escolas e demais instituições a utilização culinária de produtos hortigranjeiros e frutas.

Tais esforços, assim como as iniciativas de participação nas feiras organizadas pelo poder público municipal e pela EMATER, têm incentivado as famílias a buscar constituir ações coletivas e até formalizar associações. O crescimento da participação dos agricultores da região do município aqui analisada – Itaó, Curuçú e Passo da Cachoeira – nas feiras também se verifica a partir da implantação do PAA. A possibilidade de produzir para o PAA, tendo comercialização garantida (a qual sempre foi entrave em seu contexto) e uma renda mensal fixa, fez com que as famílias se organizassem para este desafio. Alocando seus recursos, seja investindo em condições

¹⁴Refere-se aqui a uma agroindústria de panificados recentemente inaugurada na localidade de Itaó, sociedade de três mulheres, as quais já participam de feiras e pretendem vender ao PAA e PNAE, agora que legalizadas.

¹⁵ O PNAE também é operado do município, mas de maneira bem mais incipiente. Ocorre que todos os fornecedores do PNAE participam do PAA, no entanto, nem todos os cadastrados nesta política operam aquela.

de produção, mão de obra ou melhoria da fertilidade da terra, as unidades de produção familiares se organizam para produzir e viabilizam uma produção além da quantidade comprometida com o PAA. Assim, gera-se um excedente que acaba por fomentar outras possibilidades de comercialização, alimentando os circuitos curtos locais e regionais.

Outro aspecto importante a ressaltar é a própria identidade enquanto agricultores familiares, reforçada pelas três Associação de Produtores da Agricultura Familiar que se organizaram no município após a adesão ao PAA, sendo reafirmado seu potencial para ser re-valorizada junto aos habitantes do município, algo que já está em curso, mas ainda ocorre de maneira muito incipiente.

A reconstrução da identidade dos agricultores familiares de Itaqui passa ainda por outra característica inerente ao PAA, a aquisição de uma gama bastante variada de produtos, de forma que produtos típicos são valorizados pelo programa, alguns, inclusive, reinseridos no circuito mercantil através dele. De outra forma, se identifica que produtos tradicionais da região que haviam sido abandonados pela população urbana voltam a integrar seu cardápio, ao mesmo tempo em que os sistemas produtivos locais não são afetados por uma especialização que poderia comprometer a própria segurança alimentar e nutricional dos agricultores, dado que a produção para autoconsumo se mantém, mas agora articulada à comercialização.

Esta identidade re-valorizada por uma produção alicerçada em conhecimento tradicional herdado de geração a geração, materializada em produtos típicos resgatados na memória alimentar da população local, significa para as famílias de agricultores um aumento de auto-estima e um sentimento positivo em relação à agricultura familiar. Sem dúvida que esta valorização pode estimular as famílias a permanecerem na atividade agrícola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um primeiro aspecto destacado neste artigo diz respeito ao próprio espaço em que a experiência com o PAA foi construída, uma região marginalizada economicamente e sem qualquer tradição no que tange à agricultura familiar. Mais do que isso, trabalhando com agricultores que ocupam um espaço de quase invisibilidade, que até então produziam basicamente para autoconsumo, mas que, paulatinamente, vão sendo vistos e (re)descobertos pelo prisma de seus produtos.

Da mesma forma, identifica-se no programa e na capacidade de atuação de seus operadores, técnicos da secretaria municipal de agricultura e da agência pública de extensão rural, elementos chave na implementação do desenvolvimento rural e, consequentemente, municipal. Desenvolvimento este que ocorre tanto como produto da reestruturação dos sistemas produtivos existentes a fim de atender a demanda do programa; quanto pelos recursos injetados na economia do município, permitindo o acesso dos beneficiários da assistência social a alimentos de maior qualidade e a melhoria dos meios de vida dos agricultores.

Ao analisar os efeitos do PAA sobre a agricultura familiar de Itaqui, percebe-se no programa um enorme potencial enquanto instrumento de desenvolvimento local/regional, dado que em apenas dois anos de operação, o programa induziu o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência totalmente marginalizada num contexto marcado pelo binômio gado-arroz, da mesma maneira que injetou significativos recursos na economia local e qualificou os meios de vida dos agricultores. Fundamentalmente, colaborou com a manutenção da cultura alimentar local, preservando um patrimônio cultural de valor inestimável e com potencial gerador de desenvolvimento ainda completamente inexplorado.

Nestes termos, é impossível que não se conclua uma análise dos efeitos de uma política pública que se demonstra positiva com a manifestação de preocupação com as incertezas políticas que marcam o atual momento histórico brasileiro. Neste sentido, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, um dos operadores desta política, indica um temor de que esteja ameaçada a continuidade da mesma, hipótese que, se confirmada, implicaria em efeitos nefastos sobre a realidade analisada, com reais possibilidades de que o patrimônio alimentar, por ora preservado, volte a correr o risco de ser extinto.

Referências Bibliográficas

- BELIK, W.; DOMENE, S. M. A. **Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo-Brasil.** Agroalimentaria, v. 18, n.34, 2012.
- CARNEIRO, M.J. e MALUF, R. **Multifuncionalidade na Agricultura Familiar.** Cadernos do CEAM-UNB, Ano V, N 17, fev. 2005.

- FLORIANO JR, M.B. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e seu Desenvolvimento no Município de Itaqui.** UFRGS-PLAGEDER, Trabalho de Conclusão de Curso, Itaqui, 2011.
- FUCHS, J.P., NEVES, J.A. S. das, ETHUR, L.Z. e LOPES, A.B. **O PAA no âmbito do desenvolvimento: mapeando os agricultores familiares de Itaqui-RS.** Curitiba, III Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, nov.2015.
- GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2015.
- GUIMARÃES, G.M., BALEM, T.A., SILVEIRA, P.R.C. da, ZIMMERMANN, S.A. (Orgs.) **O Rural Contemporâneo em Debate – Temas Emergentes e Novas Institucionalidades.** Ijuí-RS, UNIJUI, 2015;
- MIELITZ, Carlos. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). **PAA: 10anos de aquisição de alimentos.** Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.
- PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomía e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2008.
- SCHNEIDER, S. A Pluriatividade e o Desenvolvimento Rural Brasileiro. Cadernos do CEAM-UNB, Ano V, N 17, fev. 2005.
- SCHNEIDER, S. et al. **A articulação de políticas para a superação da pobreza rural: um estudo comparativo das interfaces entre o Programa Bolsa Família e as políticas de inclusão produtiva nas regiões Nordeste e Sul do Brasil.** Porto Alegre: MDS, 2016. (Relatório de Pesquisa).
- SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BRASIL. MDS(Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos.** Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.